



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ.
CAMPUS LARANJAL DO JARI
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

JHONATAN DA SILVA BATISTA

**PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ALUNOS NOS MECANISMOS DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDA RODRIGUES
CAPIBERIBE**

Laranjal do Jari

2019

JHONATAN DA SILVA BATISTA

**PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ALUNOS NOS MECANISMOS DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDA RODRIGUES
CAPIBERIBE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, como requisito para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Me. Suany Rodrigues da Cunha

Coorientadora: Prof. Esp. Vera Lúcia Silva de Sousa Nobre.

Laranjal do Jari

2019

JHONATAN DA SILVA BATISTA

**PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ALUNOS NOS MECANISMOS DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDA RODRIGUES
CAPIBERIBE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, como requisito para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Me. Suany Rodrigues da Cunha
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá - IFAP

Coorientadora: Prof. Esp. Vera Lúcia Silva de Sousa Nobre.
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá - IFAP

Banca Avaliadora: Prof.
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá - IFAP

Banca Avaliadora: Esp. Sérgio
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá – IFAP

Aprovado em: ____/____/____

Dedico este trabalho, a minha mãe Ermilha Barbosa da Silva que é a grande incentivadora para o meu sucesso. Luz da minha vida

AGRADECIMENTOS

No decorrer desses 04 (quatro) foi muito difícil essa trajetória, porém muito satisfatória. Hoje me orgulho de ter chegado onde cheguei e devo primeiramente os meus mais singelos agradecimentos a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitário, mas em todos os momentos.

Agradeço também a esta Instituição de Ensino, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram o meu tão sonhado curso superior

Agradeço a todos os professores, que me ensinaram com dedicação, amor e carinho.

Agradeço a minha orientadora, Prof. Mes. Suany Rodrigues da Cunha, agradeço pelo empenho, dedicação e por acreditar no meu trabalho.

Agradeço a minha coorientadora: Prof. Esp. Vera Lúcia Silva de Sousa Nobre, que com muita dedicação colaborou com o meu trabalho.

Agradeço em especial a minha Mãe Ermilha Barbosa da Silva, que meu deu incentivos e muita força para continuar nessa jornada.

E por fim, agradeço a todos os meus amigos colegas de curso que contribuíram e fizeram parte da minha formação. Em especial Rosiolanda Soares Souza que é uma pessoa admirável e me ajudou quando tudo pareceu impossível.

*A palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade (Rui
Barbosa).*

RESUMO

A gestão democrática escolar tem por princípio a efetiva participação dos funcionários, alunos, pais, professores e comunidade escolar nas tomadas de decisões, construindo com autonomia constituições democráticas. Assim, este presente trabalho tem como objetivo verificar como ocorre a participação dos pais e alunos nos mecanismos de gestão participativa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Rodrigues Capiberibe, localizada no município de Laranjal do Jari, sul do estado do Amapá. O estudo se caracteriza como um estudo de caso com abordagem quantitativa, tendo como instrumento de coleta de dados questionários com questões fechadas, dos 108 questionários, 27 foram aplicados com 27 pais e 81 com discentes alunos da escola, lócus de pesquisa. Os resultados da pesquisa apontam que os pais em sua maioria desconhecem o Projeto Político Pedagógico da escola, quanto à maioria dos alunos conhecem. A escola está no caminho de realizar uma gestão democrática ativa, necessita de plano que levem os pais e responsáveis dos alunos para participarem, mais das atividades.

Palavra-chave: Gestão. Participação. Democrática. Pais. Alunos

ABSTRACT

The Democratic school management has as a principle the effective participation of employees, students, parents, teachers and school community in decision-making, building with autonomy democratic constitutions. Thus, this paper aims to verify how the participation of parents and students in participatory management mechanisms in the municipal School of Elementary Education Raimunda Rodrigues Capiberibe, located in the municipality of Laranjal do Jari, South of the state of Amapá. The study is characterized as a case study with a quantitative approach, having as instrument of data collection questionnaires with closed questions, of the 108 questionnaires, 27 were applied with 27 parents and 81 with students from the school locus of research. The results of the research indicate that the majority of the parents are unaware of the school's Pedagogical political project, as the majority of the students know. A escola está no caminho de realizar uma gestão democrática ativa, necessita de plano que levem os pais e responsáveis dos alunos para participarem, mais das atividades.

Keywords: management. Participation. Democratic. Parents. Students

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Opinião dos pais sobre sua atuação da gestão democrática na escola.....	28
Gráfico 2- Opinião dos pais sobre sua atuação da gestão democrática na escola.....	28
Gráfico 3 - Opinião dos pais sobre o conhecimento do PPP da escola.....	29
Gráfico 4 - Opinião dos alunos sobre o conhecimento do PPP da escola.....	29
Gráfico 5 - Participação dos pais na elaboração do PPP da escola.....	30
Gráfico 6 - Participação dos alunos na elaboração do PPP da escola	30
Gráfico 7 – Participação dos pais na escolha do gestor da escola.....	31
Gráfico 8 – Participação dos alunos na escolha do gestor da escola	31
Gráfico 9 – Divulgação de orçamento na visão dos pais.....	32
Gráfico 10 – Divulgação do orçamento na visão dos alunos	32
Gráfico 11 – Conhecimento dos pais sobre conselho de escola e grêmio estudantil.....	33
Gráfico 12 – Conhecimento dos pais sobre conselho de escola e grêmio estudantil.....	33
Gráfico 13 – Como ocorre à participação nas decisões da gestão da escola.....	34
Gráfico 14 – Como ocorre à participação dos alunos nas decisões da gestão da escola	34
Gráfico 15 – Criação de espaços de diálogo por parte da direção – Visão dos pais	35
Gráfico 16 – Criação de espaços de diálogo por parte da direção – Visão dos alunos.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E SEUS AGENTES EDUCATIVOS.....	13
2.1 Contextualização e aspectos legais da gestão democrática na educação brasileira....	13
2.2 Gestão democrática na escola.....	15
2.3 Mecanismos de participação dos agentes educativos na gestão	19
2.4 Assembleia Escolar	21
2.5 Conselho Escolar	21
2.5.1 Conselho de Classe	22
2.5.2 Grêmios Estudantis	23
2.5.3 Associação de Pais e Mestres – APM	23
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 Tipo de Pesquisa.....	25
3.2 Locus da pesquisa.....	25
3.3 Sujeitos	26
3.4 Instrumento de coleta de dados	27
3.5 Análise dos dados	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE A – Questionário dos pais	43
APÊNDICE B – Questionário dos Alunos.....	44

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o grande desafio para as políticas públicas brasileiras é encontrar um sistema que trabalhe a parceria em grupos dentro do âmbito educacional, enfatizando os mecanismos de participação, autonomia e gestão que estão interligados no conceito de Gestão Democrática Participativa. De acordo com Gadotti (2000, p.36-37) “gestão democrática é, portanto, atitude e método”. O gestor tem papel fundamental dentro do contexto escolar, por ser o mediador nos controles de planejamento das metas e objetivos a ser alcançados. A família tem um papel indispensável nas ações escolares para que ocorra uma gestão eficaz e democrática.

A gestão escolar participativa pode ser compreendida como uma atribuição social que as unidades escolares necessitam realizar para formar cidadãos que viverão em sociedade. A comunidade escolar como pais, professores e os técnicos administrativos precisam entender a importância da colaboração coletiva dentro do espaço escolar, compreender a construção da gestão, as hostilidades de segurança das escolas, como a atuação em tomada de decisão, a execução do Projeto Político pedagógico, participar dos processos seletivos pertinentes para diretores, adjuntos e composição de equipe pedagógica. Assim a gestão vem sendo aceita como uma prática a ser realizada nas escolas, objetivando assegurar a coletividade de participação e tomada de decisão.

A democratização escolar exige o papel ativo da comunidade nas tomadas de decisões para legitimar a vontade da mesma, em prol da melhoria do ambiente escolar e as relações entre escola-comunidade e professor-aluno. Se ausente os impactos como uma gestão autoritária e a má administração escolar culminam no âmbito educacional.

A gestão democrática participativa escolar tem como finalidade promover a organização, mobilização e articulação envolvendo todas as classes dos eixos escolares, seja estrutural, funcional e humana, visando garantir o avanço no sistema educacional. Todavia, isso ocorre quando a escola proporciona vínculos para a comunidade, criando um sentido aos projetos pedagógicos, trabalhando em um único objetivo.

Portanto, mesmo sabendo de todos os benefícios na realização da gestão democrática, diante de inúmeros alunos, pais, professores, gestores que correspondem às unidades escolares, ainda é muito insipiente a falta do envolvimento destes com as escolas, nota-se que há uma problemática na participação da comunidade, pois, ainda é muito limitado.

Diante desse cenário, surge como **problemática** a seguinte questão: Como ocorre a

participação dos pais e alunos nos mecanismos de gestão participativa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Capiberibe?

Em busca dos percursos para responder a essa pergunta, apresenta-se como **objetivo geral**: Analisar como ocorre a participação dos pais e alunos nos mecanismos de gestão participativa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Capiberibe.

E como **objetivo específico**: 1) Identificar a relação da comunidade com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Capiberibe 2) Averiguar como escola promove os mecanismos de participação da comunidade escolar no âmbito das práticas de gestão participativa.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E SEUS AGENTES EDUCATIVOS

Para compreender a realidade instrucional no campo educacional no Brasil, faz-se necessário entender e compreender os pressupostos teóricos da gestão democrática escolar que tem como princípio e estratégia a participação para e inclusão os sujeitos que dela devem fazer parte e, posteriormente, apontar os desafios da escola diante da gestão democrática, ou seja, seus avanços e retrocessos para que realmente se efetive um processo dinâmico e participativo nas escolas.

2.1 Contextualização e aspectos legais da gestão democrática na educação brasileira

O fim da ditadura militar foi o marco para implantação da gestão democrática no Brasil, onde renascem as transformações do pensamento democrático. Fatores históricos e políticos influenciaram nas novas medidas de redemocratização do País, com expressiva participação da população conseguiu derrubar a ordem autoritária do militarismo e alavancar a favor de uma sociedade onde a participação democrática do povo tivesse voz. (PARO, 1996).

Após 20 anos com rompimento da ditadura militar, a carta Magna denominada como Constituição Federal promulgada no dia 05 de outubro de 1988, garante ao cidadão uma série de direitos e garantias constitucionais, a Educação se apresenta no art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A gestão democrática desponta na Constituição de 1988, mas somente a partir da década de 90 que ganhou força, com muitos encontros de profissionais da área da Educação, participando e discutindo, para a elaboração de um plano administrativo ansiado como modelo de gestão escolar no ensino público (ROMANELLI, 1987; GERMANO, 2000).

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 2 de dezembro de 1996, cuja redação pautada no princípio democrático do ensino público, regula a normatização da gestão democrática em todas as escolas da rede pública do território brasileiro, devendo regulamenta-las para poder exercer seu funcionamento. Portanto, a LDB vem para contribuir com a Constituição de 1988, quanto aos reais direitos voltados para gestão democrática. No

inciso VIII tem como princípio gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

Assim, a gestão escolar vai avançando em termos democrático, ganhando destaque no Plano Nacional de Educação 2011- 2020, A gestão democrática da Educação encontra-se no inciso X do artigo 2º que determina suas diretrizes: “difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação” (BRASIL, 2011). Logo, os direitos vão se concretizados em várias leis brasileiras, permitindo assim atribuições mais relevantes em questão à gestão democrática.

Ainda no artigo 9º do Plano Nacional da Educação, tratando dos deveres das esferas Municipal, Estadual e Federal objetivando a obrigação de criação de leis específicas quanto a gestão democrática, definindo:

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de um ano contado da publicação desta Lei. (BRASIL, 2011).

Assim todas essas esferas têm princípios legais a serem seguidos, porém sem esquecer a disciplina conforme todas as leis aprovadas pela hierarquia maior. Tal como, essas Unidades ganham um princípio de autonomia para determinarem como a gestão democrática da escola será praticada nas esferas da federação. A gestão democrática da educação designa estratégias à realização de 02 (duas) das 20 (vinte) metas do PNE – 2011/2020, tratam-se da Meta 7 e Meta 19.

A Meta 7 determina metas do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) devem ser alcançados. Nota-se, o termo gestão, tal como aplicado no contexto desta estratégia não abrange a democracia na escola. Desta forma, a palavra gestão demarca a caracterizar a orientação dos recursos da escola destinando a realização de uma meta comum. A estratégia 7.8 diz respeito ao apoio técnico e financeiro para a gestão escolar tendo em vista o fomento da participação dos usuários na vida da escola “e a efetiva gestão democrática da escola”.

7.8 Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva. (BRASIL, 2011).

Perante a meta 7.8 se designa o repasse dos recursos financeiros como aporte para gestão escolar, caracterizando que as Unidades escolares tenham autonomia em seus recursos

administrativo e financeiros, assim como ofertando o subsídio para a participação da comunidade no planejamento escolar.

Segundo Maia et al. (2008) interpreta a gestão escolar como um processo no qual a comunidade e a escola, desenvolvem a sua maneira de lidar com os problemas através de discursões, planejamentos administrativos e pedagógicas, construindo e normatizando a garantia ao acesso as informações, quanto maior a participação da comunidade junto à escola, maiores são as chances de dar certo os projetos com comunidade escolar, é significativo para que todos participarem.

2.2 Gestão democrática na escola

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola. (OLIVEIRA et al., 2010).

Parte fundamental para inserir a gestão democrática dentro do ambiente escolar, o primeiro passo é entender que é de suma importância proporcionar a democratização, para que possamos visualizar a perspectiva social, no qual os sujeitos possam “participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução” (CÓSSIO, 2006, p.31).

Para complementar as ideias de Cossio sobre gestão democrática, Andrade (2004) descreve que a explicação de que a gestão escolar substituiu a administração escolar, representando uma mudança radical de postura, um novo “enfoque de organização, um novo paradigma de encaminhamento das questões escolares, ancorado nos princípios da participação, de autonomia, de autocontrole e de responsabilidade”. É importante compreender que a gestão compartilhada dentro do ambiente escolar envolve três eixos de funcionamento, compreende a instituição, o educador e o educando.

Bordignon e Gracindo (2001, p. 12) afirmam que a gestão democrática “trabalha com atores sociais e suas relações com o ambiente, como sujeitos da construção da história humana, gerando participação, co-responsabilidade e compromisso”.

A participação faz com que os sujeitos se comprometam com o processo da gestão escolar porque a mesma tem em sua origem o significado de tomar parte da ação, pois a etimologia da palavra vem de “participatio”, (pars + in + actio). Assim, os sujeitos têm acesso ao agir, ou seja, fazem parte da ação e, por isso, possuem acesso às decisões que envolvem esse agir, conforme destaca (BENINCÁ, 1995, p. 14).

Para Libâneo (2001) a participação é elemento imprescindível para garantir a gestão democrática da escola porque os sujeitos da escola devem estar presentes nas decisões, construções, acompanhamento e avaliação das propostas. É fazer parte da ação de forma sistemática, comprometida e consciente.

Os elementos refletidos e pensados até o momento remetem a pensar sobre os sujeitos que estão inseridos dentro da escola e que tem muito a contribuir para que a gestão escolar democrática se efetive e contribua para a formação de sujeitos atuantes no meio em que estão inseridos. Ou seja, o educador, o educando e a comunidade de maneira geral são os sujeitos que de forma direta ou indireta atuam sobre a realidade da mesma e que merecem serem reconhecidos.

Para Bavaresco e Roque (2012) o trabalho docente é uma atividade consciente e sistemática, cujo centro está à aprendizagem ou o estudo dos alunos sob a direção do professor. A complexidade deste trabalho não está vinculada apenas à sala de aula, mas também diretamente ligada às exigências sociais e à experiência de vida dos alunos. Assim, é importante destacar que o professor, ao se comprometer com o seu trabalho na perspectiva de promover um ensino significativo para seus alunos, também estará contribuindo para formar um cidadão democrático.

Em contrapartida Vianna (2000) reforça que o educador é um mercenário da educação porque ele não trabalha para educar as futuras gerações, mas para sobreviver no mundo dividido em classes. Ele precisa multiplicar as horas em horas de trabalho já que é mal remunerado e pouco valorizado, ficando impedido de aperfeiçoar conhecimentos, preparar aulas e aprender novas técnicas de trabalho. “Por isso, acomoda-se em apenas transmitir as noções autorizadas, sem criticar, sem questionar a validade e a importância do que transmite”.

Outro sujeito importante dentro da escola e que a faz existir são os educandos. Cada um na sua individualidade e sendo sujeito de sua própria história, devendo, por isso, respeitado e valorizado por qualquer gestor que deseja uma prática democrática dentro da escola. Padilha (2005, p. 74) destaca que o direito do educando deve ser garantido dentro do planejamento participativo conforme garante o Estatuto da Criança e do Adolescente. “Eles devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito”.

O conhecimento da realidade do aluno é essencial para subsidiar o processo de planejamento numa perspectiva dialética. Devemos considerar, pois, o aluno real, concreto que efetivamente está em sala de aula, um ser que tem suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento (psicomotor, sócio-afetivo e cognitivo), quadro de significações, experiências anteriores (história pessoal), sendo bem distinto daquele aluno ideal, dos manuais pedagógicos (marcados pelos valores de classe) ou do sonho de alguns professores (VASCONCELOS, 1995, p. 63)

Buscar a inserção do educando significa saber quem ele é e o que procura na escola, o que pensa e espera, “quais as suas expectativas pessoais e profissionais, qual a sua origem social, sua situação social atual, que valores cultiva, quais suas condições objetivas de existência, sua linguagem, acesso aos meios de comunicação”, como salienta (VASCONCELOS, 1995, p. 64).

Assim, as decisões dentro da escola devem ser assumidas como democráticas articuladas e discutidas para serem aplicadas dentro do processo da gestão escolar. Quando se busca a gestão escolar democrática e que tenha como base o princípio da participação pode-se minimizar a distância entre a teoria e a prática, entre o discurso e a ação e é possível ter-se uma prática de gestão escolar comprometida com os seus sujeitos e a prática educacional passa a ser transformadora.

A gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino torna-se um processo de construção da cidadania emancipada. Para tanto, segundo Araújo (2000), são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência.

A realidade mostra uma série de formas e significados dados ao sentido de participação na escola. Alguns exemplos identificam participação como simples processo de colaboração, de adesão e de obediência às decisões da direção da escola. Nesses casos, as decisões são tomadas previamente e os objetivos da participação também são delimitados antes dela ocorrer, segundo Bordignon e Gracindo (2000). Perdem-se, dessa forma, duas condições básicas para uma efetiva participação:

- 1) O sentido público de um projeto que pertence a todos.
- 2) O sentido coletivo da sua construção, que oferece iguais oportunidades a todos, nas suas definições. Assim, a participação adquire caráter democrático e torna-se propiciadora da ação comprometida dos sujeitos sociais. Dessa forma, a participação requer a posição de governantes, não de meros coadjuvantes, ou seja, requer espaços de poder. Portanto, ela só é possível em clima democrático (BORDIGNON; GRACINDO, 2000, p. 30)

O mesmo autor descreve que a participação deve ser garantida a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. A escola, concebida como uma instituição de

responsabilidade de todos - professores, pais, agentes educacionais, comunidade e equipe gestora que participam efetivamente nos processos de tomada de decisão -, tem maiores possibilidades de diminuir ou evitar o abandono, a evasão e a repetência de estudantes. Neste sentido, o desafio do diretor consiste em ampliar e criar novos canais de participação dos sujeitos sociais nos rumos da escola, afirmando-a como espaço público da cidadania.

Segundo Araújo (2000, p. 134), é o pluralismo que se consolida como postura de “reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola e que sustentam, através do debate e do conflito de ideias, o próprio processo democrático”. Nesse sentido, é imprescindível que haja o respeito às diferenças de pensar e de opiniões para, de forma coletiva, alcançar os objetivos da escola em relação à formação e aprendizagem dos estudantes.

Para Veiga (1998) ao discorrer sobre a autonomia, aponta quatro dimensões, articuladas e relacionadas entre si, consideradas fundamentais para a escola na organização do trabalho educativo. São elas:

1. Administrativa: relaciona-se com as questões administrativas, como administração de pessoal e material, controle dos indicadores de desempenho, avaliação do trabalho.
2. Financeira: elaboração de planos e execução dos recursos financeiros de forma adequada, observando os fins educativos.
3. Pedagógica: trata especificamente das questões
4. Jurídica: refere-se às normas, às orientações elaboradas pela escola, aos estatutos, ao regimento, aos avisos, às portarias. Essa dimensão possibilita que as ações sejam discutidas e elaboradas coletivamente. (VEIGA, 1998, p. 20).

Elemento constitutivo da gestão democrática revela-se no livre acesso à informação. A transparência costuma apresentar-se como um meio eficiente de dar credibilidade ao espaço público, ou seja, a lisura que permite aos cidadãos participarem do controle social. Sendo assim, como todos os envolvidos no cotidiano escolar são chamados a participarem de sua gestão, toda e qualquer decisão ou ação tomada ou implantada na escola tem que ser do conhecimento da coletividade.

A transparência na escola depende da inserção da comunidade no cotidiano escolar, do envolvimento dos segmentos com as questões da escola, e passa pela socialização das informações, o que pode gerar um clima de confiança e de clareza de propósitos entre todos os envolvidos no processo educativo (ARAÚJO, 2000, p. 257).

Segundo Luck (2007) cada um desses elementos tem sua relevância por si só e, juntos, colaboram para a ampliação do entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática, que considera, realmente, a comunidade escolar. Estes elementos

devem ser focados na prática social da educação sempre na perspectiva de posturas e culturas efetivamente democráticas. Como mecanismos de ação, são elementos constitutivos das instâncias colegiadas - Conselho Escolares, APMF, Grêmios Estudantis e Conselho de Classe, ou seja, dos órgãos representativos da comunidade que auxiliam na gestão escolar e se constituem como espaços de participação e de criação da identidade da escola.

2.3 Mecanismos de participação dos agentes educativos na gestão

Participativo (participação) significa a ação e o efeito de participar (intervir, tomar parte, ser parte de compartilhar, denunciar). Sendo capaz de expressar opiniões dos cidadãos mediante as decisões políticas de um país, organização ou grupo. (GADOTTI, 2000).

Segundo Libâneo (2004, p.102) “a participação é fundamental na qual é um meio de assegurar a gestão democrática da escola, onde possibilita o envolvimento dos profissionais e dos usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

A participação é um crescimento educativo voltado para o exercício da cidadania, proporcionando decisões conjuntas invalidando formalmente o autoritarismo entranhado na cultura brasileira, permitindo uma maior integração social e transparência administrativa (SÁ, 2004).

Quando há participação coletiva os problemas são claramente identificados e as alternativas de ação são simplesmente produzidas. Lembrando que é essencial que os todos os envolvidos possam participar, e que seja acessível a todos, sem qualquer tipo de discriminação (SILVA, 2014).

Por isso, pode-se dizer que a participação é o primeiro passo para se efetivar uma democracia que assegure os direitos dos cidadãos. Assim sendo, a escola, um espaço para se formar cidadãos, é imprescindível ter um caráter democrático e participativo, pois não há como preparar para a democracia em meio à tirania (CORTELLA, 2005).

Colaborando com essa discussão é preciso resgatar as contribuições que Paulo Freire (1997, p. 119) traz em seu livro *Pedagogia da autonomia* que “é decidindo que se aprende a decidir” referindo-se a necessidade que temos de aprender e o direito que se tem de tomar decisões, o que conseqüentemente incidirá na construção da autonomia perante qualquer escolha.

As oportunidades de participação e todas de decisões se efetivam na gestão democrática de ensino através da participação dos agentes educativos (pais e alunos, professores, direção, coordenação pedagógicos e demais colaboradores que integram o espaço

escolar) na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), bem como na participação das comunidades escolar e local em órgãos colegiados.

Segundo Ferreira (1975, p. 144) a expressão projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere* que significa lançar para adiante. Dessa maneira, é um projeto que, ainda que de caráter burocrático, precisa ser desenvolvido a partir das vivências e deve ser a razão das práticas cotidianas. O PPP é, desta forma, um plano coletivo capaz de possibilitar a participação coletiva no espaço escolar.

A LDB 9.394/1996, no artigo 12º, inciso I, presume que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a obrigação de elaborar e exercer sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996), deixando compreensíveis as ideias de que a escola não pode coibir-se da reflexão sobre sua finalidade educativa. Outro inciso que traz uma importante contribuição é o VI “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade”. (BRASIL, 1996).

Ao desenvolver e executar o PPP, seus responsáveis devem ter claro, conceituado, de forma a assumir essa dinâmica como motivo fundamental da prática educativa. Devem-se ter características fundamentais como as decisões serem participativas; organizar os trabalhos pedagógicos de forma que exponha os conflitos e as contradições; esclarecer princípios fundamentados na autonomia da escola; ter participação de todos nos projetos, superando problemas do trabalho educativo; ter comprometimento com a formação do aluno.

Segundo Veiga (2001, p.11), advém da própria realidade, ser realizável e capaz de prever as circunstâncias fundamentais ao desenvolvimento e à avaliação, promovendo assim, toda comunidade, de acordo com a realidade; e ser contínuo.

Existem várias possibilidades para a construção do PPP, visto que ele descreve o entendimento e o percurso possível seguido em cada escola. Deste modo, é viável apontar três movimentos básicos, na proposta metodológica apresentada por Gandin (1986 p. 21).

- Ato Situacional: seu objetivo é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir. Realidade no sentido global e local em seus diversos aspectos econômicos, políticos, sociais, religiosos, culturais e educacionais;

- Ato Conceitual: a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no Ato Situacional, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas;

- Ato Operacional: é como realizar as tarefas, o que se refere às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas (GANDIN, 1986 p. 21).

Dentre os órgãos colegiados que colaboram para elaboração de projetos pedagógicos, processos decisórios que envolvem uma atuação organizada na unidade escolar se tem a Assembleia Geral Escolar, o Conselho Escolar, o Conselho de Classe e o Grêmio Estudantil

2.4 Assembleia Escolar

A Assembleia escolar é o local em que se aplicam as normas de convívio escolar e de aplicabilidade das relações interpessoais, já que a assembleia se apresenta como momento de participação de todas as pessoas que abrangem o ambiente escolar, dando voz ao coletivo, proporcionando espaço de participação e exposição de diferentes interesses em prol de um único objetivo no qual são para construção de regras que estabelecem a boa convivência democrática escolar (ARAÚJO, 2004).

De acordo com Araújo (2004) as assembleias escolares garantem a construção e desenvolvimento de espaço para diálogo, negociação e encaminhamento de diversos aspectos que envolvem conflitos em busca de decisão conjunta, em virtude de que é nesse momento que se realiza a construção de valores e atitudes sociais e éticas.

A assembleia escolar tem um papel importantíssimo, pois é ela que faz com que o sujeito perceba o outro com quem convivem, ou seja, usar de sabedoria para que não haja conflitos na comunidade escolar. (ANDRADE, 2004).

Para Barroso (1995) é nas assembleias que os estudantes, pais e servidores se sentem acolhidos como integrantes e autores das mudanças do ambiente escolar, tornando-os críticos e responsáveis socialmente, valorizando o diálogo e o respeito recíproco de ideias, possibilitando assim, atitudes de cooperação e alcançando o mundo como agentes políticos, em que possam cobrar seus direitos, e também respeitar os direitos dos outros, com consciência de seus deveres.

2.5 Conselho Escolar

A formação do Conselho Escolar de acordo com a Lei 4.751/2012, que é o principal órgão participativo da gestão escolar, necessitará de um ou mais representantes de cada segmento da comunidade escolar (direção, carreira magistério, carreira assistência, pais e alunos), os escolhidos pela própria comunidade escolar através de eleições democráticas, ou seja, por meio de participação indireta (BRASIL, 2012).

Segundo Veiga (2001) o Conselho Escolar é uma forma de participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola, referindo-se de atuação para promover a transparência e discutir a suma importância do planejamento e da gestão financeira democrática.

Com relação dos recursos que chegam à unidade escolar, sobre as questões referentes ao planejamento participativo e à prestação de contas, no qual são alternativas que escola encontra para compartilhar, projetos e programas, que possa envolver todos, mas cada um com suas obrigações e que o gestor escolar é indispensável para que tenha um bom planejamento, sobretudo, com a administração da verba pública. (HABERMAS, 1999).

Um conselho forte e compromissado dá base ao gestor nas tomadas de decisões, e é necessário que se tenha em mente sobre a importância para a instituição educacional na formação de um Conselho Escolar ágil na construção de uma escola de qualidade (SILVA et al., 2002)

O Conselho pode ser apenas representativo, onde, o conselheiro decide sem consultar seu segmento, ou pode ser participativo, no qual se reúne em parte com assembleia para que seja tomadas decisões em equipe. Mas, o que vale destacar é que mesmo sendo um órgão colegiado e representativo, não se deve esquecer que pode e deve ser um espaço de participação. (LÜCK, 2010, p.86).

2.5.1 Conselho de Classe

Conselho de Classe trata-se de uma maneira de acompanhar e avaliar o colegiado, formado por todos os docentes de cada turma, representantes das classes de pais ou responsáveis, servidores, especialistas em educação, gestores e alunos. (FONSECA, 2004).

Com relação às turmas inclusivas também haverá representantes legal para se fazer apoio especializado, onde suas reuniões devem visar o trabalho coletivo em torno dos resultados do processo de ensino-aprendizagem, de forma a contribuir para a democratização da educação. (ROMÃO, 1997).

Segundo Dalben (1995), o Conselho de Classe se apresenta como um momento de formação a respeito de como ocorre o processo e o trabalho dentro de uma instituição escolar, criando modo de ensino sobre as articulações necessárias entre os diversos espaços integrantes de uma unidade escolar.

A sala de aula é o lugar de participação diária e direta do estudante, onde é estimulado à participação. Os princípios pedagógicos de cidadania precisam ser externados na

convivência entre o professor e aluno, de modo que a sala de aula seja não só um lugar de aprendizado, mas de socialização do estudante (DOURADO, 2006).

2.5.2 Grêmios Estudantis

O grêmios estudantis é um espaço de promoção da participação dos educandos, no qual alunos criam entidades representativas com o objetivo de defender e correr atrás de interesses educacionais, culturais, cívicos e sociais (LUCÉ, 2004).

Barroso (1995) expõem que os alunos são os primeiros parceiros da escola. Por esse motivo a necessidade de oferecer-lhes oportunidades de cooperação no processo e na organização escolar. Precisamos enxergar nossos alunos como cidadãos de direitos, e dar-lhes condições para o exercício da cidadania, assim como, de sua autonomia e incentivar.

A Lei Federal nº 7.398/85 confere todo e qualquer autonomia aos estudantes da educação básica para organizarem seus grêmios estudantis. E o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante o direito à participação dos alunos representando entidades estudantis, conferindo-lhes o exercício da cidadania. Promover a participação dos educandos significa demonstrar para eles sua importância, e o mais justo é a oportunidade de ouvir aqueles que mais se interessam por seu futuro e sucesso acadêmico. (BRASIL, 1985).

2.5.3 Associação de Pais e Mestres – APM

A Associação dos Pais e Mestres (APM) foi criada em 1978 através do decreto de nº 12.983/78, sendo modificado pelos decretos de nº 40.785/96, nº 48.408/2004 e nº 50.756/2006. Inicialmente criado para colaborar com o aperfeiçoamento do processo educacional, atualmente trabalho junto com o Conselho Escolar, o mesmo é composto por Conselhos deliberativo, fiscal e executivo.

Segundo Oliveira et al. (2010) o objetivo da Associação de Pais e Mestre é de envolver a comunidade escolar, para que a comunidade participe, mais da escola, tornando-se uma valiosa forma de aproximação entre os pais e a instituição, contribuindo para que a educação ultrapasse os muros da escola e a democratização da gestão seja uma conquista possível o único problema é que mesmo apresentando os mecanismos de participação, a mobilização da comunidade escolar ainda é bem restrita.

É indispensável à participação da comunidade na gestão escolar, pois, tem um papel imprescindível na hora da realização dos processos formativos escolares, em indagação de

transparência da formação e da cultura democrática escolar, e ao apresentar a construção de uma nova maneira de gestão que vem sendo aplicada ao longo do tempo. E além da participação da comunidade, a autonomia, a transparência, a publicidade e a pluralidade se tornam características essenciais à formação de uma cultura democrática escolar. (CURY, 2006).

A implementação de práticas de participação coletiva em todos os processos educativos dentro da escola é fundamental para se romper prática autoritária e ainda é uma prática que surge do aprendizado coletivo e da necessidade de se repensar a organização escolar como um bem que serve ao interesse do bem-estar de todos. (PARO, 2001),

Todavia, a sua efetivação ainda depende de mudanças substanciais nas instituições escolares e na comunidade que a envolve, em virtudes de práticas na escola ainda estão embasadas em princípios autoritários, assim a comunidade, deve participar da elaboração e dos momentos de tomada de decisão. (LAGARTO, 2012, p. 146).

A gestão escolar precisa valorizar os meios de comunicação junto à comunidade, assim como proporcionar o fortalecimento da cultura, além do que facilitar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, já que essas medidas são para que haja mudança do cenário educacional. Portanto devem buscar ser ativos e participantes, conhecendo os meios de participação e seus mecanismos. (HABERMANS, 1990).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo foi caracterizado como um estudo de caso, com abordagem quantitativa. O estudo de caso, segundo Cervo e Bervian (2002) podem ser compreendidos como uma pesquisa sobre algo determinado, como indivíduo, famílias, grupos ou comunidades que seja característico do seu universo, tendo como objetivo analisar tópicos variados de sua vida. De acordo Triviños (1987) o estudo de caso pode ser definido como uma categoria de pesquisa, onde o objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

Ainda como desenvolvimento do trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica, que é caracterizada pela revisão de obras, trabalhos acadêmicos e periódicos. Sobre as leis de educação Brasileiras, e artigos que tratam de gestão democrática no âmbito escolar, levantamento das leis municipais de Laranjal do Jari local onde se encontra instituição pesquisada, conhecer os parâmetros da eleição dos membros como gestores, conselho de classe, conselho escolar entre outras partes de integração da comunidade na escola. Segundo Fachin (2005) a pesquisa bibliográfica é uma excelente fonte inesgotável de informação. Pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber.

3.2 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda Capiberibe, localizada na avenida Tancredo Neves, bairro Agreste, no Município de Laranjal do Jari, sul do Amapá. Conforme pode ser demonstrado na fotografia 1 da frente da escola.

Escola Raimunda Capiberibe foi a primeira a implantar a gestão Democrática no Município de Laranjal do Jari/AP. Assim, destacando-se na premissa em apresentar todos os eixos integradores para executar a gestão democrática.

FOTOGRAFIA 1- Escola de Ensino Fundamental Raimunda Capiberibe



Fonte: Blog da escola, 2017.

Esta unidade escolar oferta o nível de Ensino Fundamental e na Modalidade Educação de Jovens e adultos. Em suas dependências físicas conta com 14 salas de aulas utilizadas, 84 funcionários, Laboratório de informática, Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), Quadra de esportes coberta, Cozinha, Biblioteca, Banheiro dentro do prédio, Sala de secretaria, Despensa e Área verde.

3.3 Sujeitos

Os sujeitos da pesquisa foram 27 (vinte e sete) pais e 81 (oitenta e um) alunos envolvidos na comunidade escolar da referida instituição. A justificativa pela escolha do público deu-se por serem alunos e pais presentes em um plantão pedagógico, oportunidade em que se realizou coleta de dados.

Cabe evidenciar se teve a pretensão de ter ainda como sujeito o gestor da escola, entretanto, o mesmo não respondeu o questionário. Compreende-se que sua visão seria de fundamental importância no cruzamento de dados sobre o funcionamento dos mecanismos de participação da comunidade escolar, assim como obter um conhecimento maior sobre a instituição. Mas, diante da ausência desse sujeito, redimensionamos a pesquisa para a participação de pais e alunos nos mecanismo de gestão democrática.

3.4 Instrumento de coleta de dados

Para obtenção dos dados da pesquisa utilizou-se um questionário com perguntas fechadas com 9 pais conforme o apêndice A e 10 alunos conforme o (apêndice B). Marconi e Lakatos (2003) descrevem o questionário como sendo um instrumento de coleta de dados, composto por uma série sistemática de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Destacamos que os questionários foram aplicados durante um plantão pedagógico realizado pela escola no segundo semestre de 2018.

3.5 Análise dos dados

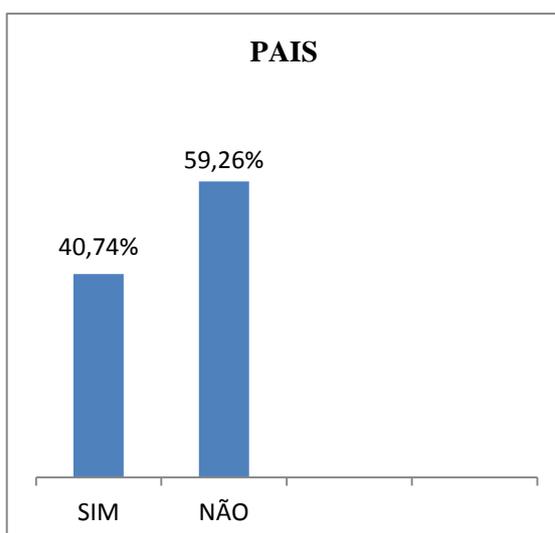
A análise de dados deu-se por meio de uma abordagem quantitativa, com a exposição dos dados realizados por meio de gráficos, executados pelo excel. “A abordagem quantitativas tem como objetivo medir e permitir o teste de hipóteses, uma vez que os resultados são bem definidos e menos passíveis de erros de interpretação.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 290).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização desta pesquisa foram aplicados questionários para 81 (oitenta e um) alunos e 27 (vinte e sete) pais totalizando 108 questionários. Quanto aos alunos 58% são do sexo feminino e 42% masculino. Em questão aos pais 70% do sexo feminino e 30% masculino. Os alunos apresentaram idade entre 14 a 18 anos, e os pais com 30 a 55 anos.

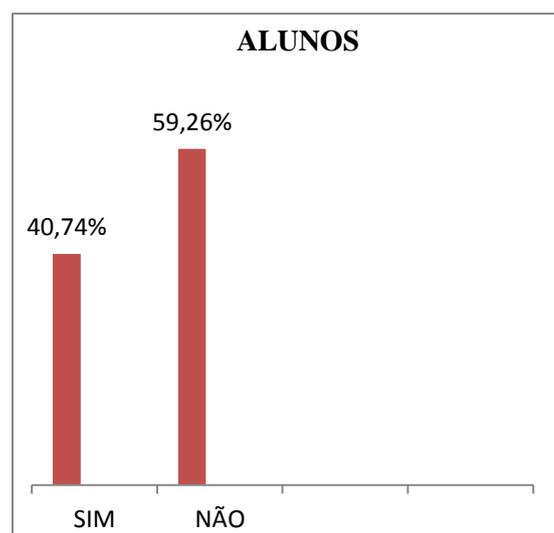
De acordo com as respostas nos questionários, a pergunta 2 “**Vocês Consideram Atuante A Gestão Democrática Na Escola?**” ficou entendido que 40,74% dos alunos e 40,74% dos pais e responsáveis consideram atuante a gestão democrática escolar (GRÁFICO 1 e 2).

Gráfico 1- Opinião dos pais sobre sua atuação da gestão democrática na escola



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 2- Opinião dos pais sobre sua atuação da gestão democrática na escola

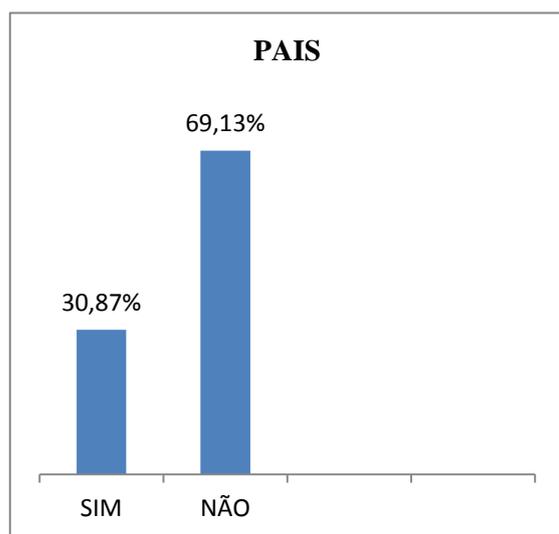


Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gestão democrática é uma função que a comunidade escolar necessita executar, os dados mostram que tanto os alunos quanto os pais consideram atuante a gestão democrática, voltada para práticas e atividades objetivando a participação da comunidade, consagrada como sujeito ativo, em torno de todo processo da gestão ligada às tomadas decisões da escola. Segundo Durkheim (1975) é construção do ser social, preocupando-se não somente com desenvolvimento individual do aluno, mas em formar um cidadão que viverá em sociedade. A gestão democrática presume um modo de interação coletiva, possibilitando aos integrantes da Sociedade local e escolar permitindo a realização de ação para colaborar com a melhoria da instituição.

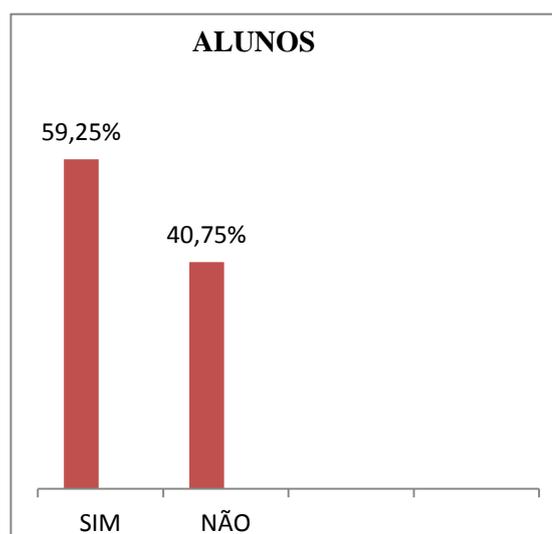
A pergunta 3 **“Conhecem o Projeto Político Pedagógico da Escola?”** obteve como resposta pelos pais que 69,13% não conhecem e 30,87% conhecem este documento. Em relação aos alunos 59,25% apresentaram não ter conhecimento e 40,75% relatam que conhecem, conforme descrito nos gráficos abaixo.

Gráfico 3 - Opinião dos pais sobre o conhecimento do PPP da escola



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 4 - Opinião dos alunos sobre o conhecimento do PPP da escola

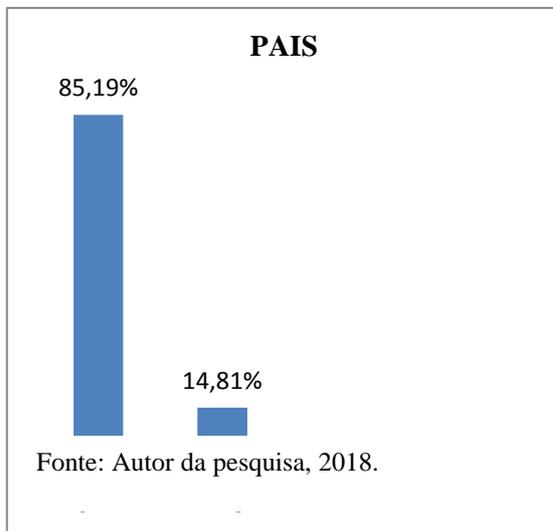


Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

O projeto Político Pedagógico é um documento que serve como guia para comunidade escolar, tendo em seu desenvolvimento os objetivos e todas suas dimensões para alcançá-los. Todos devem conhecê-lo para conhecer o planejamento escolar. O Projeto Político Pedagógico se institui por ser um instrumento burocrático, caracterizado por ser democrático, por estabelecer a identidade da escola e designar caminhos para exercer seu papel com qualidade, assim realizar o trabalho coletivamente para uma melhor eficiência da instituição. Segundo Ferreira (2009, p. 1) fazer o PPP implica planejamento de todas as atividades no âmbito escolar, execução das ações previstas, avaliação do processo e retomada. Isso somente é possível se instituída a prática do registro e da reflexão sobre ele

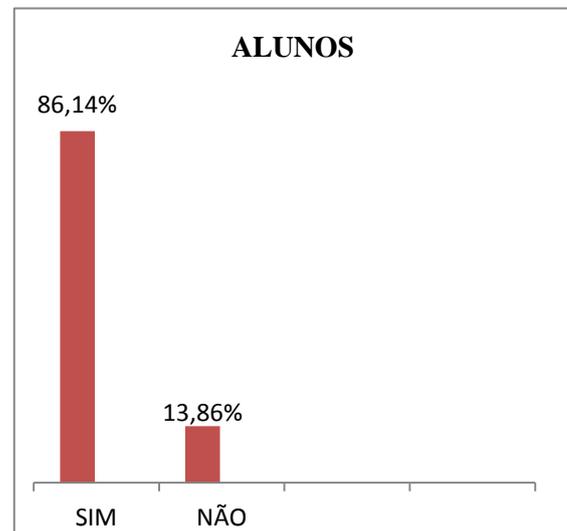
A pergunta 4 **“Você Participou da Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola?”** obteve como resposta por parte dos pais que 85,19% participaram da execução do mesmo, e com 14,81% dizem não ter participado (GRÁFICO 5). Enquanto os alunos relataram que 86,42% não participaram da elaboração do PPP (GRÁFICO 6) e com 13,86% afirmam ter participado. Em Contrapartida observa-se que os pais são controversos em suas repostas, pois, os mesmos julgam não conhecer o PPP, porém participaram da execução do mesmo.

Gráfico 5 - Participação dos pais na elaboração do PPP da escola



Fonte: autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 6 - Participação dos alunos na elaboração do PPP da escola



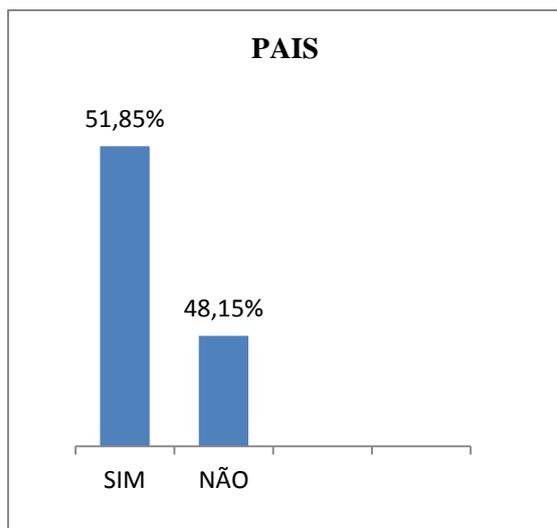
Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Os dados mostram que a maioria dos pais e alunos participou da elaboração do PPP, documento de grande importância para as Unidades Escolares, onde tem como finalidade a orientação e designa as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, buscando a mudança dentro desse espaço. Este processo de organização só será viável por meios das discussões e reuniões que abrange toda comunidade escolar.

Segundo Luck (2005) gestão participativa, em que esta envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na melhoria do processo pedagógico.

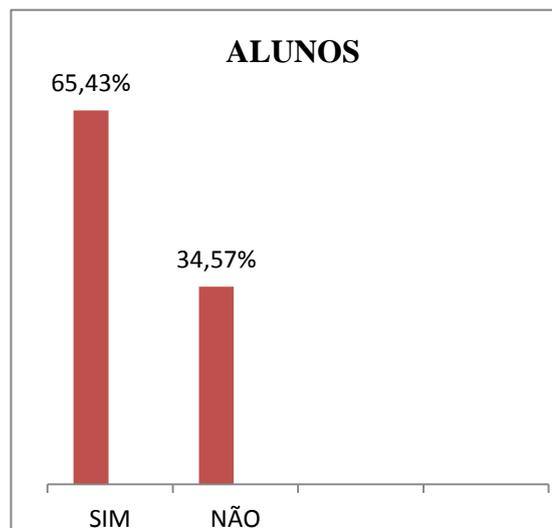
A pergunta 5 “**Você Participou a Escolha do Gestor na Escola?**” obteve como resposta por parte dos pais que 51,85% participaram da escolha, quanto 48,15% não participaram da eleição (GRÁFICO 7). Quanto aos alunos 65,43% dos alunos participaram e 34,57% dizem que não participaram da escolha do gestor e vice-diretor (GRÁFICO 8).

Gráfico 7 – Participação dos pais na escolha do gestor da escola



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 8 – Participação dos alunos na escolha do gestor da escola



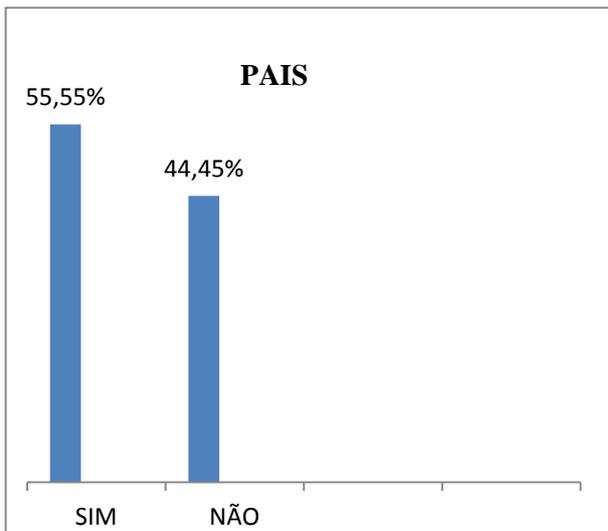
Fonte: autor da pesquisa, 2018.

As eleições ocorrem a cada dois anos é aberta para comunidade escolar votar. Vários são os passos para a realização da democratização em uma instituição escolar, dando o direito da comunidade participar diretamente na escola do gestor. Sendo uma forma da comunidade explicar seus desejos, aspirações e o projeto de trabalho, com intuito na melhoria na qualidade de ensino.

Esta escolha dos gestores está amparada pela Lei Municipal de nº 435/2016 que dispõe sobre Gestão Democrática Escolar no Município de Laranjal do Jari. A Lei em seu art 2º define: “Fica instituída a eleição direta para diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Laranjal do Jari.”. Segundo Silva (2007) afirma que a escolha do gestor escolar por eleições livres e diretas representa uma forma democrática e participativa.

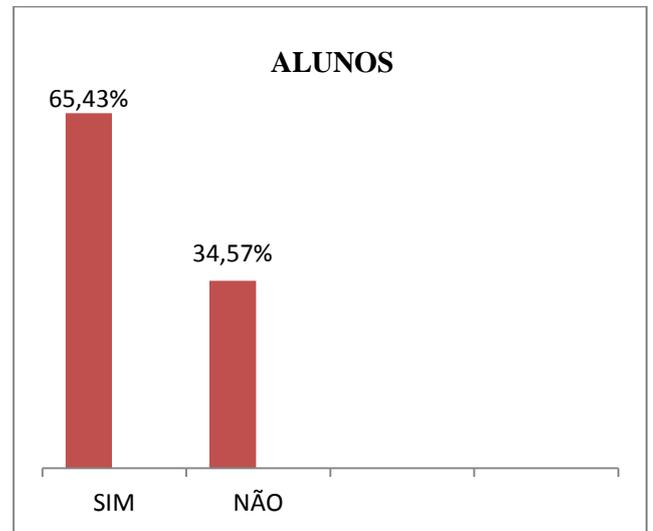
A Pergunta 6 “**Os Assuntos Relacionados a Orçamento São Divulgados?**” os pais responderam que 55,55% julgam que os assuntos relacionados a orçamento são divulgados a eles, enquanto 44,45% relatam que não há transparência (GRÁFICO 9). A maioria dos alunos 65,43% respondeu que não há transparência com os assuntos relacionados a finanças. Em Contrapartida 34,5% dizem que há uma transparência (GRÁFICO 10).

Gráfico 9 – Divulgação de orçamento na visão dos pais



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 10 – Divulgação do orçamento na visão dos alunos



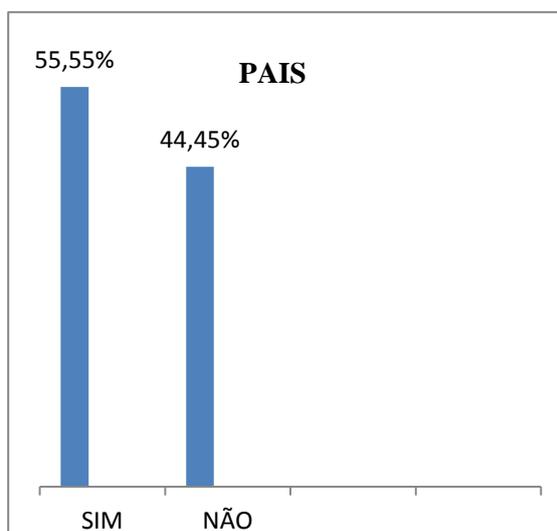
Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

A gestão apropriada dos recursos é considerada como uma circunstância para o preito do direto a educação no Brasil. A democratização dentro do ambiente escolar, considerada uma forma de gerir estas unidades de maneira que viabilize a participação, transparência e democracia.

Borges (2008) diz que as prestações de contas dos recursos financeiros obtidos pela escola, os estatutos dos órgãos colegiados existentes, o Projeto Político Pedagógico, o regimento escolar e tantos outros documentos relevantes devem, rotineiramente, ser divulgados, ter a leitura recomendada e, sem impedimentos, estar à disposição, ao alcance de toda a comunidade escolar.

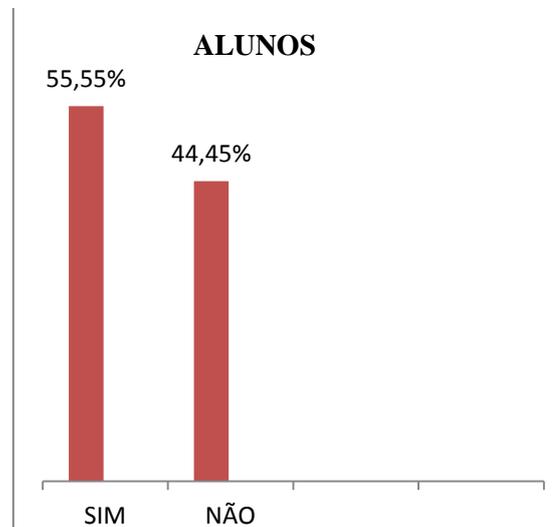
Na pergunta 7 **“Quanto aos Mecanismos de Participação Conselho de Escola e Grêmios Estudantis Vocês Conhecem?”** nota-se pelos dados que os pais apresentam 55,55% que conhecem que a escola possui, porém desconhecem seus representantes. Os 44,45% dos pais não conhecem nenhum destes mecanismos (GRÁFICO 11). Quanto aos alunos 65,43% dizem conhecer esses mecanismos, mais 34,57% julgam não conhecer os representantes (GRÁFICO 12).

Gráfico 11 – Conhecimento dos pais sobre conselho de escola e grêmio estudantil



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 12 – Conhecimento dos pais sobre conselho de escola e grêmio estudantil



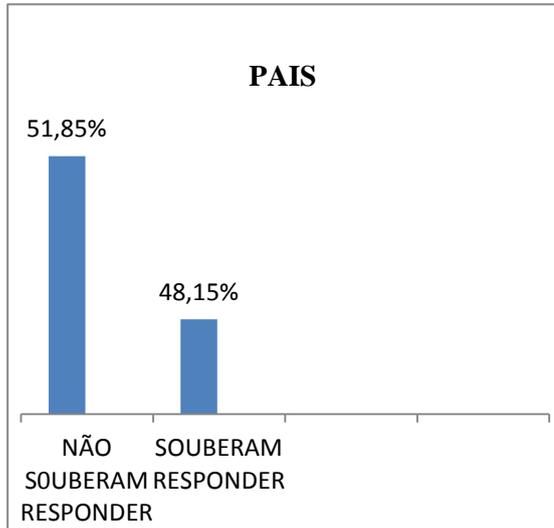
Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

De certa forma nota-se que tanto os pais quanto os alunos conhecem os segmentos de participação democrática existente na escola. A necessidade das instituições de ensino em compartilhar os serviços com a comunidade, sendo uma proposta par democratiza-la, a partir do pressuposto que essas pessoas envolvidas conhecem mais do que ninguém a realidade. Silva (2014) afirma que os mecanismos de participação de representatividade como o Conselho Escolar, a APM, Grêmio Estudantil, entre outros, possuem um papel fundamental para a efetivação da democracia participativa na escola.

A importância em exercer este tipo de papel é justamente pela cidadania, onde os envolvidos nos mecanismos como grêmio estudantil e conselho de escola podem se transformar como um agente participativo, criativo e comprometido, buscando compreender que a cidadania consiste de pequena ação, tendo o exercício dos seus direitos e cumprimento dos deveres.

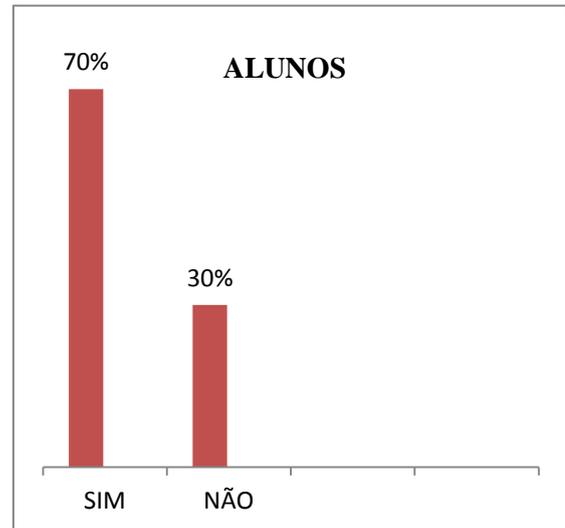
Na pergunta 8 “ **Como se dar sua Participação nas Decisões da Gestão Escolar?** Obteve como resposta que 51,85% dos pais não souberam responder sobre como se dar sua participação nas decisões da gestão escolar (GRÁFICO 13) e mais de 70% dos alunos dizem não participar de nenhuma decisão na gestão escolar (GRÁFICO 14).

Gráfico 13 – Como ocorre à participação nas decisões da gestão da escola



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Gráfico 14 – Como ocorre à participação dos alunos nas decisões da gestão da escola



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

De acordo com os dados, percebe-se que a maioria dos pais e alunos não participam das decisões em relação a gestão escolar. Para que aconteça a gestão democrática no ambiente escolar, tem que haver o a relação da mesma com a comunidade, onde nas tomadas de decisões faz-se em conjunto para a melhoria da gestão escolar. Segundo Libâneo (2004, p.102) “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

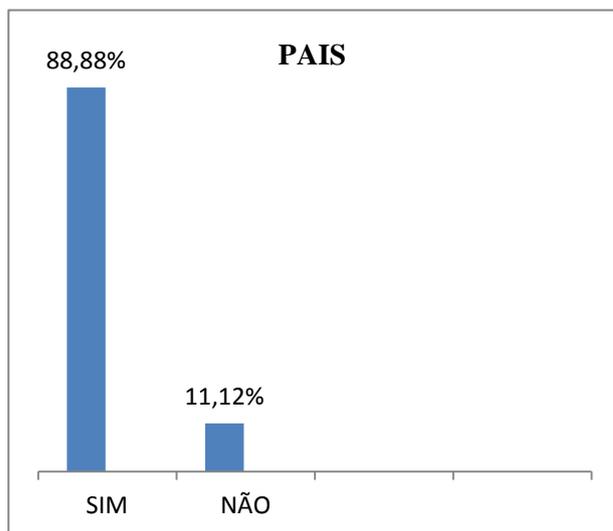
A maioria dos pais não soube responder quanto à participação nas decisões em questão a gestão da escola, logo se percebe a falta da participação dos mesmos, todavia os mesmos não estão sendo mobilizados para exercer seus papéis perante o ambiente escolar. Participar consiste em ajudar a contribuir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo.

Desta maneira, a democracia posta à efetiva participação social no caso de apresentar como uma ferramenta de construção contínua da justiça social e liberdade compartilhada, convicção da garantia da aplicação do princípio de igualdade direcionado a todos os cidadãos (LUCK et al., 2005)

Pergunta 9 “**A Direção da Escola Cria Oportunidades de Troca De Ideia e Inovação na Escola?**” 88,88% dos pais afirmam que há uma troca de ideia em questão a gestão escolar, quanto 11,12% relatam de forma negativa a essa questão (GRÁFICO 15).

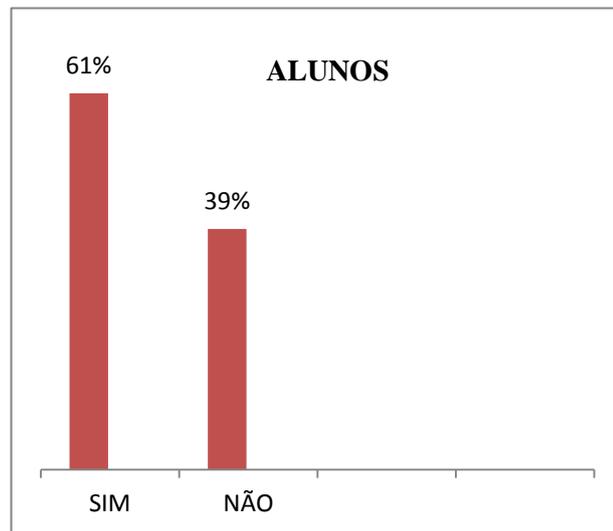
Enquanto aos discentes 61% opinaram que a direção cria oportunidades de troca de ideia e inovação na escola. 39% assinam que não essa troca (GRÁFICO 16).

Gráfico 15 – Criação de espaços de diálogo por parte da direção – Visão dos pais



Fonte: Autor da Pesquisa, 2018.

Gráfico 16 – Criação de espaços de diálogo por parte da direção – Visão dos alunos



Fonte: Autor da Pesquisa, 2018.

A troca de ideia é de suma importância para uma melhor obtenção de resultados da gestão escolar participativa. Uma escola não deve permanecer fechada, nem uma maneira conservadora, sempre tem que compartilhar de suas ideias com a comunidade, assim como ouvi-los sobre suas ideias para melhoria da gestão escolar, fazendo com que a instituição promova mais inovação e modernização.

Silva (2002) fala ser fundamental o envolvimento de todos os participantes do cotidiano escolar nessa nova modalidade de administração escolar, uma vez que todos possuem habilidades, conhecimentos e ideias a contribuir.

A pergunta 10 “**Você Conhece o Regimento Interno Da Escola?**” Pergunta realizada somente com os alunos, tendo como resposta que 51,85% relatam não conhecer, quanto 48,15 % dizem desconhece o Regimento interno da escola . Este tipo de documento devem ser conhecidos por todos da Instituição, tendo como objetivo um conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o seu funcionamento. Borges (2008) diz que as prestações de contas dos recursos financeiros obtidos pela escola, os estatutos dos órgãos colegiados existentes, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar e tantos outros documentos importantes precisam, frequentemente, ser divulgados, ter a leitura recomendada e, sem impedimentos, estar à disposição, ao alcance de toda a comunidade escolar.

O Regimento Escolar procede como fortalecimento para gestão escolar, sendo que os professores, funcionários, coordenadores, alunos podem e tem a obrigação de opinar, objetivando a melhoria e ordem no ambiente escolar. Contendo em seu texto normativo das instituições, tendo critérios de apuração por cada anormalidade cometidas pelo o eixo profissional e alunos daquela comunidade escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Base 9394/96 onde estabelece que todo o Funcionamento dos estabelecimentos de ensino deve vim previsto em seu Regimento Escolar, com função primordial de normatizar todo o trabalho na comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática possui eixos integradores para seu desenvolvimento como, a participação, democracia e autonomia, são essenciais para a implantação de uma sociedade democrática. A escola precisa realizar seus mecanismos para que a comunidade possa se envolver nos assuntos relacionados. Pais, alunos e docentes precisam trabalhar em conjunto para que ocorra uma gestão articulada e com sucesso. A eleição para os gestores é um passo importante para a democracia, sendo que algumas escolas Municipais de Laranjal do Jari-Amapá os gestores ainda são indicações políticas. A escola está no caminho de realizar uma gestão democrática ativa, necessita de plano que levem os pais e responsáveis dos alunos para participarem, mais das atividades.

A gestão democrática é um dilema em Laranjal, existe a lei específica que dispõe sobre, é garantido no plano municipal de educação e já está implantada em algumas unidades escolares (maiores), são as consideradas de médio (quantitativo de 401 a 800 alunos) e grande porte (quantitativo superior a 800 alunos) da área urbana. No entanto, não há uma autonomia destes gestores eleitos. Tanto no que se refere às questões administrativas quanto financeiro. Administrativa, totalmente no que se refere ao quadro de pessoal sim. Quanto ao financeiro, gerenciam apenas os recursos de alguns programas cadastrados que caem nas contas do Conselho Escolar. Ex: MAIS EDUCAÇÃO, MAIS E ALFABETIZAÇÃO, etc.

Quanto aos objetivos da pesquisa, foram consistentes e alcançados, foi verificado a participação dos pais e alunos nos mecanismos de participação na escola, sendo que a escola possuem os segmentos, porém muitos conhecem os mesmos, mas não participam. A relação da escola com a comunidade, ainda é muito restrito, isso se deve por falta de interesse e mobilização de ambas partes.

Perante as análises dos resultados entende-se que os mecanismos de participação possuem dificuldade para a implementação de um modelo estratégico e participativo na construção e efetivação de uma gestão democrática, que fomente a descentralização e reafirme a autonomia das instituições de ensino como meio de obtenção de um ensino de qualidade, necessitando da adoção de instrumentos que contemplem novas práticas de gestão na escola.

Por fim recomenda políticas públicas área da educação que possam contribuir para um melhor desempenho da gestão democrática, os pais necessitam de uma aproximação maior com escola, assim como o gestor precisa inovar ideias para inserir a comunidade de forma

mais articuladas nas atividades da Instituição. As escolas necessitam de uma autonomia para a execução de suas atividades ser mais eficientes.

Todavia, esses eixos envolvidos nas Unidades escolares, como pais, alunos e gestor, necessitam ter uma aproximação das atividades do estabelecimento, assim como trabalhar em conjunto para um melhor desempenho das atividades. Uma forma de atrair esses sujeitos, marcando reuniões e explorando por meio de palestras, como as atividades de gestão democrática pode ser desenvolvida em uma parceria com a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rosamaria Calaes de. Introdução: **Gestão da Escola**. In: ACÚRCIO, Marina Rodrigues Borges (coor). A gestão da escola. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004.
- ARAÚJO, J. L.; BORBA, M. C. **Construindo Pesquisas Coletivamente em Educação Matemática**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) Pesquisa Qualitativa em educação Matemática, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Assembleia escolar: um caminho para a resolução de Conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.
- ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BENINCÁ, E. **As origens do planejamento participativo no Brasil**. Revista Educação - AEC, n. 26, jul./set. 1995.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.
- BORGES, Benedito. **Gestão democrática da escola pública: perguntas e respostas**. Maringá: Edição do autor, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/972-2.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.
- BARROSO, João. **Para o Desenvolvimento de Uma Cultura de Participação na Escola**. Cadernos de Organização e Gestão Curricular. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.
- BRASIL. **Lei nº 4.751**, de 07 de fevereiro de 2012- das finalidades e dos Princípios da Gestão Democrática. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751_07_02_2012.html. Acesso no dia 01 de janeiro de 2019.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996 diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso no dia 01 de fevereiro de 2019.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20/12/96.
- BAVARESCO, T. A.; ROQUE, C. R. **Gestão democrática e participação dos docentes** Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 141-152, jul./dez. 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 9 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

CÓSSIO, Maria de Fátima. **Gestão democrática da educação**: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. *Gestão e políticas da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CURY, C. R. J. **O direito à educação um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 3ªed. Campinas-SP, Papirus, 1995.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 4.751/2012** (Lei da Gestão Democrática no Distrito Federal). Disponível http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2012/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%20029%2008-02-2012/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20029.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., 1.144.1975.

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). **Escolas gerenciadas**: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GANDIN, Danilo, **Escola e Transformação Social**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1986.

HABERMAS, J. **Soberania popular como procedimento**. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo. n. 26, p. 100-113, março 1990.

JOÃO, F. O.; KARINE, N. M.; LUIZ, F. D. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf. Acesso no dia 01 de fevereiro de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAGARTO, José Reis. **Inovação, TIC e Sala de Aula**. In: CAVALHEIRI, Alceu; ENGEROFF, Sérgio Nicolau e SILVA, Jolair da Costa. As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora. 1. Ed. Santa Maria: Biblos, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCE, Maria Beatriz. In.: **Gestão Democrática escolar**. Disponível em: URL <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/ge/meio.htm>.

LÜCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloisa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000

LÜCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005 **la gestão participativa na escola**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAIA, Benjamin Perez; BOGONI, Gisele D'angelis. **Gestão Democrática. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica – CADEP**. 2008. Disponível em: <[#http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/cadep/gestao_democratica.ppt #312,2, Slide 2](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/cadep/gestao_democratica.ppt)>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

MARTINS, Cristina de Oliveira. **Eleição de diretores de escola: uma conquista democrática**. 11 out. 2006.

OLIVEIRA et. al. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação** 2010.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

ROMÃO, José. **Diretores escolares e gestão democrática da escola**. São Paulo: Cortez, 1997.

SÁ, V. **A participação dos pais na escola pública portuguesa: uma abordagem sociológica e organizacional.** Braga, Portugal: IEP-Universidade do Minho, 2004.

SILVA, Michele Pereira. **A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: Os mecanismos de participação,** 2014.

SILVA, Maria Geraldina de Aquino da. **Conselho Escolar: Estrutura da Gestão Democrática, mecanismo de ingerência na escola ou figura de retórica?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2002.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo.** São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A., e RESENDE, L. M. G. de. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico.5.ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001, v.**

_____. Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola, Uma Construção Possível.** Papyrus Editora, 23ª Edição 2001.

_____. Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador.** São Paulo: EPU, 2000.

APÊNDICE A – Questionário dos pais

1. Idade: _____ Sexo F () M ()
2. Você considera atuante a gestão democrática na escola?
Sim () Não ()
3. Conhece o Projeto Político pedagógico da escola?
Sim () Não ()
4. Você participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola?
Sim () Não ()
5. Você participou a escolha do gestor na escola?
Sim () Não ()
6. Os assuntos relacionados a orçamento são divulgados?
Sim () Não ()
7. Quanto aos mecanismos de participação conselho de escola e grêmios Estudantil vocês conhecem?
Sim () Não ()
8. Como se dar sua participação nas decisões da gestão escolar?
Sim () Não ()
9. A direção da escola cria oportunidades de troca de ideia e inovação na escola?
Sim () Não ()

APÊNDICE B – Questionário dos Alunos

1. Idade: _____ Sexo F () M ()

2. Você considera atuante a gestão democrática na escola?
Sim () Não ()

3. Conhece o Projeto Politico pedagógico da escola?
Sim () Não ()

4. Você participou da elaboração do Projeto Politico Pedagógico da Escola?
Sim () Não ()

5. Você participou a escolha do gestor na escola?
Sim () Não ()

6. Os assuntos relacionados a orçamento são divulgados?
Sim () Não ()

7. Quanto aos mecanismos de participação conselho de escola e grêmio Estudantil vocês conhecem?
Sim () Não ()

8. Como se dar sua participação nas decisões da gestão escolar?
Sim () Não ()

9. A direção da escola cria oportunidades de troca de ideia e inovação na escola?
Sim () Não ()

10. Você conhece o Regimento Interno da Escola?
Sim () Não ()